



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 08/04/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a atuação do Congresso Nacional ao tratar da anistia a pessoas presas após atos políticos e cobrou a convocação de sessão para análise de veto presidencial. Direcionou críticas ao Senador Davi Alcolumbre, ao associar a ausência de deliberação a fatores políticos e institucionais. Questionou decisões do Supremo Tribunal Federal e mencionou casos que, segundo ele, indicariam desproporcionalidade em punições. Também defendeu mudança na composição do Senado por meio das eleições e citou nomes que, em sua avaliação, poderiam adotar postura diferente.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que trata da escala de trabalho 5 por 2 e afirmou que a medida buscou garantir melhores condições aos trabalhadores. Relatou mobilização junto a diferentes instituições e cobrou diálogo entre Câmara, Senado e Governo Federal para viabilizar a proposta. Destacou que trabalhadores precisam de equilíbrio e condições adequadas, ao associar o tema à proteção social e familiar. Também criticou desigualdades econômicas e afirmou que o Parlamento teria papel central na solução. Ao final, manifestou expectativa de aprovação da medida sem redução salarial.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado destacou a realização de sessão solene no Senado Federal em alusão ao Dia Mundial da Saúde, por iniciativa conjunta com a Senadora Ana Paula Lobato. Ressaltou a importância do Sistema Único de Saúde e mencionou avanços na gestão federal na área. Também registrou o lançamento do Vade-mécum da Saúde 2026, com informações voltadas ao fortalecimento do SUS. Por fim, relembrou ações adotadas no Maranhão durante a pandemia sob gestão estadual anterior e criticou a condução atual da saúde no Estado, ao apontar descontinuidade de políticas públicas.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada criticou a decisão de adiar a votação de projeto que trata da criminalização da misoginia e afirmou que a bancada feminina não participou do debate. Questionou a justificativa de que o tema seria polêmico e destacou que a proposta foi aprovada por unanimidade no Senado. Apontou a disseminação de informações incorretas sobre o conteúdo do texto e defendeu sua aprovação. Também relacionou a medida ao enfrentamento do feminicídio e afirmou que o adiamento comprometeria a proteção às mulheres. Ao final, criticou o tratamento do tema no contexto eleitoral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado relatou participação em reunião da CPI do Crime Organizado no Senado e criticou a baixa presença de Senadores durante o depoimento do Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Mencionou questionamentos sobre reuniões envolvendo autoridades e representantes do setor financeiro e avaliou que houve falta de esclarecimentos. Também apontou a necessidade de maior atuação dos Senadores em investigações e defendeu mudanças na composição da Casa por meio das eleições. Por fim, abordou ainda o papel da tribuna parlamentar, ao citar a importância da imunidade prevista na Constituição e da manifestação política no exercício do mandato.

Milton Vieira (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado registrou pesar pela morte de um cidadão em Sorocaba (SP), decorrente de uma briga de trânsito que resultou em disparos de arma de fogo. Também registrou a presença de lideranças municipais na Câmara dos Deputados, ao cumprimentar o Vereador Professor Edson e a ex-Vereadora Graça, da cidade de Taubaté (SP).

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a proposta sobre criminalização da misoginia e avaliou que o texto apresentava conceitos amplos, com potencial de gerar insegurança jurídica. Afirmou que a medida previa equiparação ao crime de racismo e manifestou posição contrária ao seu avanço. Também abordou a aprovação de projeto sobre violência vicária, ao questionar critérios adotados e defender que o crime deveria ser tratado sem distinção de gênero.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado criticou decreto do Governo Federal que criou o Parque Nacional do Albardão (RS), e alertou para impactos sociais e econômicos na região. Afirmou que a medida afetaria milhares de pescadores e suas famílias, ao comprometer atividades produtivas locais. Também questionou a ausência de diálogo com comunidades e setores envolvidos, apesar de consultas públicas anteriores. Por fim, defendeu a conciliação entre preservação ambiental e manutenção de empregos, ao destacar a importância da pesca para a subsistência regional.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado registrou a presença do influenciador Luciano da Luz na Câmara dos Deputados e destacou sua atuação nas redes sociais. Informou que o trabalho consiste em entrevistar pessoas com diferentes posicionamentos políticos, ao apontar que a iniciativa evidenciaria a polarização no debate público.

Idilvan Alencar (PDT - CE) - O Deputado relatou retorno ao mandato e avaliou o ambiente do Congresso como desafiador em ano eleitoral. Afirmou que seguirá na defesa da democracia, dos servidores públicos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

dos trabalhadores, ao destacar pautas como a revisão da escala de trabalho, a valorização dos profissionais da educação e o financiamento da assistência social e da educação inclusiva.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado registrou agradecimento ao eleitorado do Pará, em especial do Município de Tucumã (PA), e destacou a eleição de representante local alinhado às pautas de seu partido. Também mencionou a presença do Vereador Jerry Adriano na Câmara dos Deputados e associou sua atuação a bandeiras defendidas pela legenda.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado destacou a importância da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, voltada ao financiamento das políticas públicas de assistência social. Ressaltou o papel dos profissionais da área no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e lembrou sua trajetória ligada ao tema, como advogado, professor e gestor público. Também mencionou a implantação do Sistema Único da Assistência Social e a integração com programas sociais em gestões anteriores.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado afirmou que há 73 vetos presidenciais pendentes de análise e avaliou que o Parlamento enfrenta paralisação na deliberação dessas matérias. Destacou o Veto nº 1, de 2026, relacionado ao Projeto de Lei 1.469, de 2020, que trata da definição de idade máxima para ingresso nas polícias militares e corpos de bombeiros, e lembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade no Congresso. Também apontou impactos sobre candidatos a concursos públicos e cobrou a convocação de sessão conjunta para apreciação dos vetos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou dificuldades enfrentadas por trabalhadores do interior da Bahia para acessar serviços do INSS, especialmente na realização de perícias médicas. Afirmou que moradores de Municípios como Piripá (BA) e Cordeiros (BA) estariam sendo obrigados a se deslocar para outro Estado em busca de atendimento, o que geraria custos e agravaria a situação de vulnerabilidade. Também cobrou providências do Governo Federal e do INSS, ao sugerir ampliação do número de peritos e realização de mutirões.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado criticou a atual Gestão do Governo do Maranhão e relatou denúncias relacionadas à condução política e administrativa no Estado. Lembrou avanços em políticas públicas durante gestões anteriores, ao mencionar melhorias nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar e agricultura familiar. Também afirmou que haveria práticas de perseguição política e uso da máquina pública contra adversários. Por fim, informou que apresentou representação à Justiça sobre os fatos e citou manifestação do Ministério Público sobre a gravidade das denúncias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao Senador Cleitinho diante de críticas recebidas após posicionamento sobre declarações atribuídas ao Presidente Donald Trump. Afirmou que o Senador foi alvo de questionamentos por adotar postura contrária a falas consideradas inadequadas, mesmo sendo identificado com a direita política. Também criticou o que classificou como reações seletivas dentro de grupos ideológicos e defendeu coerência nas posições diante de temas internacionais.

Marcon (PT - RS) - O Deputado afirmou que, na guerra no Oriente Médio, quem está sendo prejudicado é o povo brasileiro em razão do aumento dos combustíveis, e declarou que o Presidente Lula atuou para reduzir o preço dos combustíveis por meio de subvenção ao consumidor. Além disso, assinalou que esse cenário decorre de herança recebida do Governo Bolsonaro, com a privatização de refinarias e da distribuidora, sustentando que, após a entrega do petróleo e do óleo diesel às distribuidoras, essas empresas passaram a definir os preços. Por fim, defendeu a atuação do Ministério Público, dos órgãos reguladores de preço e da Polícia Federal em investigações sobre o tema.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado associou a crise internacional à guerra promovida pelo Presidente Donald Trump contra o Irã, com apoio de Bolsonaro e da extrema direita brasileira, e afirmou que esse cenário tem gerado impactos econômicos no Brasil. Assinalou que o Governo do Presidente Lula tem adotado medidas para mitigar o aumento dos combustíveis, com custo estimado em 10 bilhões de reais por mês durante 2 meses, e comparou esse montante aos valores de venda da Refinaria Landulpho Alves e da BR Distribuidora durante o Governo Bolsonaro. Ainda, sustentou que a elevação dos preços dos combustíveis não decorre do diesel vendido pela Petrobras, mas do aumento das margens de distribuidoras e revendedoras, e criticou a privatização da Refinaria Landulpho Alves e da BR Distribuidora. Por fim, defendeu a reestatização da distribuidora e da refinaria, informou a existência de uma PEC para assegurar essa medida e pediu apoio para coleta de assinaturas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que a população brasileira já não sabe a quem recorrer diante dos sucessivos escândalos. Mencionou corrupção no Supremo Tribunal Federal, com Ministros envolvidos na fraude do Banco Master, bem como o envolvimento, também, do ex-Governador do Distrito Federal. Ainda, citou contrato de 129 milhões de reais firmado entre a esposa de Ministro do Supremo e o Banco Master, e criticou o fato de nada ser feito em relação a isso. Ademais, assinalou omissão institucional diante desses fatos e manifestou inconformismo com a relação entre Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, ao sustentar que o Parlamento está submetido às decisões da Corte. Além disso, mencionou que o Presidente do Senado se recusa a pautar o projeto sobre dosimetria. Por fim, afirmou que a Casa perdeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

capacidade de representar o povo e registrou sentimento de vergonha diante da situação política e institucional do País.

Paulão (PT - AL) - O Deputado informou que, na Comissão de Defesa do Consumidor, da qual participa da Vice-Presidência, apresentou requerimento e realizou debate, com outros Parlamentares do PT, sobre a situação da Petrobras e os reajustes que estão sendo colocados para a população. Assinalou que os Governos anteriores comprometeram a governabilidade sobre o refino ao vender a BR Distribuidora à iniciativa privada, declarando que a empresa está obtendo lucro elevado em meio à guerra e ao sofrimento da população. Ainda, afirmou que a guerra entre Irã, Israel e Estados Unidos, com reflexos no Estreito de Ormuz, poderá afetar o diesel, o frete para os alimentos e mercadorias, e impactar a inflação. Ademais, mencionou a atuação da força-tarefa formada pela ANP, pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e pelos Procons, mas ponderou que, apesar de importantes as punições feitas por essa força-tarefa, as medidas têm caráter apenas paliativo. Por fim, defendeu que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apoiem a reestatização da Petrobras, sobretudo no refino, e pediu prioridade na votação de projetos em tramitação para proteger o povo brasileiro.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada comemorou o Dia Mundial da Saúde e saudou a regulamentação da profissão de sanitarista, assinada pelo Presidente Lula, ao afirmar que a medida representa reconhecimento à atuação de profissionais ligados à reforma sanitária. Ademais, assinalou que o Sistema Único de Saúde (SUS) se consolidou como referência internacional e destacou a contribuição dos sanitaristas na construção de modelo público de saúde voltado ao acolhimento da população brasileira. Por fim, declarou orgulho pela própria trajetória na área, defendeu a valorização do SUS como modelo de sociedade e pediu responsabilidade da Câmara dos Deputados na realização de investimentos adequados para a sustentação das políticas públicas de saúde.

Meire Serafim (UNIÃO - AC) - A Deputada tratou do feminicídio no Brasil como questão urgente e incompatível com a dignidade da mulher, ao afirmar que mulheres continuam sendo assassinadas em razão do gênero, muitas vezes no ambiente doméstico. Assinalou que esse crime reflete a desigualdade de gênero, o machismo, a misoginia e a persistência da impunidade, e defendeu leis mais eficazes, punições mais rigorosas e mecanismos concretos de proteção. Ademais, citou o Projeto de Lei (PL) nº 1.242, de 2024, de sua autoria, destinado à criação de aplicativo nacional para denúncia de violência doméstica contra mulheres com deficiência, e mencionou o PL nº 6.482, de 2025, do qual é coautora, voltado à ampliação da proteção às vítimas de crimes sexuais, com protocolos de acolhimento, medidas protetivas digitais, acesso integral aos autos, protocolo direto de provas e vedação do uso de imagens manipuladas em processos judiciais. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

pediu celeridade e prioridade na tramitação dessas propostas e reafirmou seu compromisso com a proteção da vida, da segurança, da liberdade e da dignidade das mulheres.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada complementou manifestação da Deputada Meire Serafim, sobre a violência contra as mulheres, afirmando que cada caso de feminicídio representa uma falha do Estado. Ademais, destacou que o Rio Grande do Sul, no início do mês de abril, já contabilizava 27 mulheres vítimas de feminicídio, e sustentou que isso evidencia a ausência de ações efetivas de combate. Ressaltou que famílias têm sido desestruturadas e crianças têm ficado órfãs como consequências da incapacidade estatal e institucional, e defendeu maior compromisso de agentes políticos com políticas públicas capazes de enfrentar esse quadro. Por fim, declarou apoio às Deputadas da Bancada Feminina e às mulheres mobilizadas pelo tema e pediu atuação mais consciente em favor da vida das mulheres e da garantia de políticas efetivas.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado parabenizou o 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia pelo trabalho realizado em Ariquemes (RO) e no Vale do Jamari no fim de semana, com o resgate, com segurança, de um idoso e de uma criança que sofreram roubo seguido de sequestro, praticado por criminosos faccionados. Afirmou que, na sequência da ação, quando os policiais chegaram às suas residências, dois criminosos faccionados atentaram contra a vida deles, e morreram durante a ocorrência. Por fim, informou que concederá moção de louvor aos policiais envolvidos, defendeu o reconhecimento da atuação da corporação e criticou o Governador do Estado de Rondônia por ter concedido aumento salarial apenas aos oficiais, sem contemplar os praças.

Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado aproveitou o Dia Mundial da Saúde para fazer um apelo ao Ministro Padilha, relatando tentativas frustradas de agendar audiência. Assinalou que o Ministério da Saúde está impondo obstáculos a Municípios paraibanos para obtenção de credenciamentos, mesmo quando já cumpridos os requisitos exigidos. Citou os casos de Catolé do Rocha (PB) e Nova Floresta (PB), que aguardam a publicação de portaria para instalação de eMulti ampliada, e o caso de São José da Lagoa Tapada (PB), que já atendeu os pré-requisitos para instalação do Capes, mas ainda não obteve a habilitação formal. Por fim, pediu celeridade ao Ministro para a publicação das portarias pendentes e defendeu que os Municípios tenham assegurado o direito de instalar os serviços para os quais já se encontram aptos.

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado fez reflexão sobre a política agrícola brasileira e afirmou que, com o modelo atual de administração, haverá impacto negativo para toda a sociedade, com aumento do custo dos alimentos e desaceleração da economia, sobretudo no interior do País. Assinalou que o agronegócio tem sustentado o crescimento econômico do interior, com geração de emprego e oportunidades, mas enfrenta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

dificuldades ligadas ao alto custo de produção, à redução das margens e às condições adversas no campo. Além disso, defendeu a revisão da política de seguro rural e de crédito rural, argumentando que as regras vigentes não correspondem mais à realidade do setor. Ademais, criticou os juros elevados, destacou o endividamento agrícola e pediu política séria de renegociação de dívidas, alongamento e securitização. Por fim, cobrou do Governo e do Parlamento medidas emergenciais e estruturantes em favor dos trabalhadores e produtores rurais, com vistas à construção de política agrícola compatível com a dimensão do País e com as necessidades do interior do Brasil.

Paulão (PT - AL) - O Deputado registrou os 83 anos do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas e afirmou ter participado dessa trajetória, sobretudo no período da retomada democrática, mencionando a oposição organizada em 1979 e a eleição de Pedro Luiz para a Presidência da entidade. Ainda, lembrou a própria atuação na Presidência do sindicato em dois mandatos, de 1987 a 1990 e de 1990 a 1993, bem como citou outras lideranças que estiveram à frente da organização. Por fim, homenageou o sindicato, destacou o papel da entidade na formação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e do Partido dos Trabalhadores, e parabenizou o Sindicato dos Urbanitários do Estado de Alagoas pelo aniversário.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), afirmando que a proposta assegura previsibilidade constitucional e garantia de recursos por meio da vinculação de 1% da receita corrente líquida da União, dos Estados e dos Municípios ao sistema. Assinalou que a medida tem relevância para a proteção da população mais vulnerável ao contribuir para a garantia de renda mínima e para o fortalecimento da atuação dos profissionais da assistência social. Além disso, parabenizou Secretários e Secretárias de Assistência Social pelo trabalho prestado à população e elogiou o Presidente Hugo Motta pela iniciativa de pautar a PEC. Por fim, manifestou expectativa de ampla aprovação da proposta pela Câmara dos Deputados e reafirmou apoio ao Suas e aos profissionais da área.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado elogiou o discurso do Deputado Jorge Solla sobre a crise internacional, a guerra e a venda de patrimônio público no Governo anterior, afirmando que a alienação da BR Distribuidora ocorreu por valor equivalente a um mês de subsídio atualmente necessário para enfrentar os efeitos do conflito no preço dos combustíveis. Ademais, manifestou preocupação com a guerra e criticou o Presidente dos Estados Unidos, responsabilizando-o pela escalada do conflito e pelos impactos sobre civis e sobre a estabilidade mundial. Ainda, elogiou o Presidente Lula por adotar medidas para enfrentar a crise e em favor de trabalhadores e da população pobre, e defendeu a relevância do programa Gás do Povo para famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico. Por fim, afirmou que distribuidoras e postos de combustíveis têm elevado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

preços mesmo após anúncio de isenção de impostos e de outras providências e destacou a preocupação com o repasse desses aumentos aos alimentos.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado cumprimentou os enfermeiros de todo o Brasil e destacou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024. Assinalou que a proposta trata do piso salarial da enfermagem já com base na carga horária inferior a 44 horas e aponta para o debate sobre as 30 horas. Ademais, assinalou que o piso salarial da enfermagem constitui luta nacional da categoria e prestou reconhecimento a Zé Carlos, coordenador do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Maranhão (COREN), pelo trabalho realizado. Por fim, afirmou que a proposta seguirá para o Plenário do Senado e, posteriormente, para a Câmara dos Deputados, onde declarou compromisso de apoiar a aprovação do piso salarial da enfermagem.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado registrou a presença do Vereador Thiago Fontes, de Cianorte (PR), e destacou a destinação, em parceria, de recursos para as áreas de saúde, esporte e educação no Município. Além disso, agradeceu a visita do Vereador, mencionou o cumprimento de agenda em diversos Ministérios e no gabinete parlamentar e elogiou o trabalho desempenhado em Cianorte. Por fim, assinalou que a juventude tem renovado as Câmaras Municipais em todo o País e apontou o Vereador como exemplo dessa renovação política.

Sandro Alex (PSD - PR) - O Deputado informou seu retorno ao mandato de Deputado Federal pelo Estado do Paraná após atuação na Secretaria de Infraestrutura estadual, ao lado do Governador Ratinho Junior. Destacou a realização de amplo conjunto de obras no Estado, entre viadutos, obras de arte, duplicações e pontes, muitas aguardadas havia décadas. Além disso, mencionou a ponte de Guaratuba (PR), que será inaugurada no próximo aniversário da cidade, e atribuiu essa entrega ao Governo Estadual. Por fim, afirmou que o País precisa retomar a sua linha de crescimento, e que, para isso, declarou que manterá posição de oposição ao PT e ao Governo Federal, ao qual associou escândalos e problemas políticos.

Coronel Assis (PL - MT) - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando que a gestão está associada a notícias negativas, e mencionou a parcialidade do Presidente Lula em conversa com o Ministro Alexandre de Moraes sobre investigação relacionada a Daniel Vorcaro e ao Banco Master. Além disso, destacou que o tribunal da Flórida, nos Estados Unidos, irá buscar os bens ocultos de Daniel Vorcaro e pessoas associadas ao Banco Master, e que isso tem deixado muitos integrantes dos Poderes da República preocupados. Ademais, lamentou o encerramento da CPI do INSS e mencionou que o mesmo pode vir a ocorrer com a CPI do Crime Organizado. Destacou que isso mostra a falta de compromisso que a Câmara e o Senado têm para com o povo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

brasileiro, sustentando que Comissões Parlamentares de Inquérito constituem instrumentos relevantes para a elucidação de fatos e para o apoio a investigações policiais. Por fim, ressaltou o recorde, de mais de 80%, de endividamento das famílias brasileiras e criticou a política econômica do Governo da Esquerda, atribuindo o agravamento das dificuldades econômicas ao gasto público excessivo e à falta de compromisso fiscal.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado apresentou a Vereadora e Secretária de Assistência Social de Juatuba (MG) e informou que a representante do Município acompanhava a votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 383, de 2017, que assegura 1% da receita corrente líquida dos Entes Federados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). Destacou que a proposta reforça a política de assistência social voltada à melhoria das condições de vida da população. Por fim, afirmou que, no Governo do Presidente Lula, o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome, e destacou o Bolsa Família como programa de grande relevância.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado registrou momento especial para deliberação sobre estruturação e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essencial para País com desigualdades e carências, demandando política estruturada, recursos definidos e valorização de profissionais. Destacou as apreciações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do SUAS e da PEC nº 14, de 2021, que protege agentes comunitários de saúde e de combate às endemias com segurança, estabilidade, aposentadoria e previdência.

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado comunicou retorno à Câmara para assumir mandato pelo Amapá como filiado ao PT, após gerir Secretaria de Educação do Estado. Além disso, destacou aprovação da Aneel de reajuste zero nas tarifas de energia residencial da população do Amapá. Informou que a Aneel havia proposto um reajuste de 34% e graças ao Presidente Lula, Senador Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues isso não ocorreu, pois será utilizado recursos de um fundo, evitando repasse da despesa maior à população mais necessitada. Assinalou, também, produção de energia por quatro hidrelétricas no Estado, com tarifas altas e injustas, e sua oposição à privatização. Por fim, celebrou aniversário do Governador Clécio Luís.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado criticou o jornalista José Carlos Magdalena, da rádio EP FM 7, afiliada à Rede Globo, por atacar a fé cristã e chamar a Bíblia de "livrinho errado" em 7 de abril de 2026. Assinalou a existência de bibliofobia, igrejofofia e sacerdotefobia no Brasil e pediu rediscussão do tema, atribuindo tais atos geralmente à Esquerda, o que desrespeita a maioria religiosa dos brasileiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada destacou o evento da Igreja Universal do Reino de Deus, intitulado "A Família ao Pé da Cruz", na Sexta-feira Santa, com milhares de cristãos reunidos no Brasil e no mundo para abençoar famílias afetadas por feminicídio e violência contra crianças e adolescentes. Assinalou que os fiéis oraram pelo País na Semana Santa, enfatizando a necessidade de Deus e coerência, questionando o legado para a juventude. Por fim, parabenizou a concentração na Arena Fonte Nova, Salvador (BA), com cerca de 60 mil pessoas.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado assinalou o início de marcha dos sem-terra de Feira de Santana (BA) a Salvador (BA), com 120 quilômetros e cerca de 2.500 acampados e assentados. Informou sobre a expectativa de negociações com o Governador Jerônimo e o Presidente Lula para ações em créditos, estradas, água, infraestrutura, desapropriações e novos assentamentos. Por fim, destacou o objetivo pela memória, justiça e reforma agrária popular, com tranquilidade e debate sobre sua importância para a produção de alimentos no País.

Eduardo Velloso (SOLIDARIEDADE - AC) - O Deputado deu boas-vindas à Governadora do Acre, Mailza. Além disso, destacou legado histórico na saúde com alocação de emenda de 7 milhões de reais para robô cirúrgico na Fundação Hospital Estadual do Acre, pioneiro na Região Norte para tratar câncer de próstata e endometriose, principais causas de fila no Estado. Parabenizou a Presidente Soron da Fundação Hospital Estadual do Acre e anunciou simulador para treinamento em abril e cirurgias em maio. Relatou ainda cirurgia robótica bem-sucedida para câncer de próstata do pai em São Paulo.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado relatou sua trajetória de origem humilde em família cristã de São Tiago (MG), seu trabalho precoce no Mercado Central de Belo Horizonte (MG), a formação como médico veterinário, casamento duradouro e cargos públicos como Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Federal por oito mandatos, sem processos judiciais. Ademais, expressou preocupação com a omissão do Senado ante abusos de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pedidos de *impeachment*. Anunciou sua pré-candidato ao Senado pelo PL de Minas Gerais, com apoio unânime do partido, do ex-Presidente Bolsonaro e da bancada, para defender democracia e princípios cristãos.

Maurício Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou o Presidente Lula após entrevista, afirmando que ela desmontaria a tese de que o escândalo do Banco Master seria atribuído à Direita. Alegou que Alexandre de Moraes teria recebido recursos oriundos do BRB e que Lula o teria tratado como "companheiro" e lhe dado conselhos. Ademais, mencionou reportagens sobre patrimônio de Moraes e acusou o Ministro de tentar reduzir o alcance da delação premiada por interesse pessoal. Acrescentou ainda denúncias envolvendo a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

viagem do Diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, supostamente custeada por Daniel Vorcaro. Por fim, responsabilizou Lula por indicações e relações institucionais.

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada anunciou a visita do Vereador Roberio Marambaia, representante do Município de Gandu (BA), que levou demandas locais para apresentação em Brasília (DF). Além disso, registrou boas-vindas ao visitante, ressaltando a importância da interlocução entre o Município e o Parlamento.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado registrou homenagem póstuma ao Parlamentar Odílio Balbinotti, destacando sua atuação ao longo de cinco mandatos e trajetória vinculada aos Estados do Paraná e de Mato Grosso.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada parabenizou os novos Parlamentares e defendeu o respeito no debate de ideias. Em seguida, criticou a decisão da Câmara dos Deputados de não votar o Projeto de Lei nº 896, de 2023, chamado PL da misoginia, pois considerou inadequada a justificativa de que o tema seria polêmico. Além disso, relacionou o aumento dos feminicídios no País à omissão institucional e mencionou a não adesão de Minas Gerais ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF). Por fim, apontou que a pauta eleitoral foi priorizada em detrimento da proteção às mulheres.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado declarou satisfação ao retornar ao Plenário após três anos e afirmou compromisso com a defesa da Bahia e do País. Agradeceu ao Deputado Alex Santana, ao Republicanos, a Márcio Marinho, a Bruno Reis e a ACM Neto pelo apoio político que possibilitou a retomada do mandato. Ademais, recordou trajetória de 32 anos na vida pública, assinalou a importância das relações construídas e homenageou Jorge Araújo pela posse. Por fim, agradeceu ao Presidente Charles Fernandes pela condução e longa amizade.

Jorge Araújo (PP - BA) - O Deputado afirmou ter chegado ao Plenário após trajetória iniciada com 32.700 votos como 1º Suplente e consolidada como Vereador mais votado de Salvador (BA), com 36.660 votos. Declarou sentimento de responsabilidade ao assumir o mandato. Agradeceu à Bahia e manifestou orgulho de suas origens no Raso da Catarina, em Euclides da Cunha e Tucano. Ademais, enviou saudação a Salvador (BA) e assinalou disposição para cumprir o trabalho confiado e seguir a nova jornada.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado manifestou preocupação com a situação crítica da rodovia federal 393, que liga Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e assinalou que a via apresenta crateras responsáveis por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

acidentes fatais. Declarou ter enviado ofício ao DNIT, solicitou agenda para relatar a gravidade do problema e fez apelo ao Ministro dos Transportes para adoção imediata de medidas de manutenção, a fim de garantir segurança à população que trafega por esse importante eixo de consumo do País.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou preocupação com a proposta de extinguir a escala 6 por 1, afirmando que isso causaria impacto negativo no turismo e assinalou que a medida teria sido sugerida por uma Deputada sem experiência trabalhista. Declarou que dados apresentados pelo Governo estariam equivocados, ressaltou que 62% dos trabalhadores atuavam na escala 5 por 2 e um terço preferia manter a escala 6 por 1. Ademais, enfatizou que o progresso dependia do trabalho e criticou comparações inadequadas com modelos estrangeiros.

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado parabenizou o Parlamentar Marcelo Nilo pelo retorno à Câmara, assim como ressaltou a honra de tê-lo novamente no Republicanos, assinalando confiança em um mandato dedicado à Bahia. Além disso, homenageou o Deputado Jorge Araújo que assumiu mandato na mesma sessão, e declarou que ambos teriam espaço para defender suas pautas em favor do Estado.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado assinalou que o aumento dos combustíveis teve origem na guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, que elevou o preço do petróleo. Relacionou o problema à privatização de refinarias e à dolarização dos preços no Governo anterior, que teriam causado rombo de quase 50 bilhões de reais. Afirmou que o Governo Lula alterou a política de preços da Petrobras para considerar custos internos, reforçou a recuperação da capacidade de refino e reduziu a dependência de derivados importados. Destacou ainda que o Governo promoveu parceria com Estados para evitar perdas de arrecadação e adotou ações para impedir repasses imediatos das altas internacionais ao consumidor, priorizando estabilidade para famílias, Estados e Municípios diante dos efeitos da guerra no Oriente Médio.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada afirmou que deixou o PSD com gratidão e ingressou no União Brasil mantendo valores e compromisso com os Municípios do Paraná. Assinalou vitória no Paraná com o reconhecimento da legalidade do BlaBlaCar pelo Tribunal de Justiça, destacando defesa da inovação e da mobilidade. Além disso, citou a implementação do novo modelo de pedágio *free flow*, sem as praças tradicionais e a preocupação com justiça e transparência da cobrança. Por fim, informou avanços para isentar Rolândia (PR) e outras cidades.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado destacou a presença de representantes da assistência social e ressaltou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que trata sobre o fortalecimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Solicitou apoio do Plenário para aprovar a matéria que tramita desde 2017. Ademais, declarou que o SUAS merece reconhecimento e valorização e manifestou expectativa de que a proposta avançasse no Senado e fosse sancionada pelo Presidente da República.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada apresentou a Vereadora Juliana de Angical (BA), assinalando que ela exerceu funções como Secretária de Educação e Chefe de Gabinete e desenvolveu trabalho relevante no Município. Destacou também a atuação da Vereadora na defesa de pautas como o enfrentamento ao feminicídio. Mencionou satisfação com a sessão realizada pela manhã sobre o tema. Por fim, deu boas-vindas à visitante, desejou êxito no mandato e colocou o próprio mandato à disposição.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada criticou decreto do Governo federal que criou uma reserva ambiental de mais de 1 milhão de hectares na região do Albardão, em Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul. Afirmou que a medida ocorreu sem diálogo com a comunidade local, que depende da pesca artesanal para subsistência. Informou que a decisão comprometeu a continuidade da população na área, além de inviabilizar atividades econômicas, como a pesca e projetos de energia eólica. Declarou que a preservação ambiental deve ser conciliada com a permanência das comunidades tradicionais e cobrou abertura de diálogo para garantir condições de sobrevivência aos moradores da região.

Lucio Mosquini (PL - RO) - O Deputado falou sobre os embargos ambientais baseados exclusivamente em imagens de satélite sem notificação prévia ao produtor rural. Afirmou que produtores vêm sendo punidos e processados sem acesso ao direito de defesa, o que classificou como violação de garantias constitucionais. Destacou que o uso da tecnologia não é proibido, mas assegura a possibilidade de contestação antes da aplicação de penalidades. Informou que em muitos casos o responsável pelo dano ambiental não é o proprietário da área.

Vavá (AVANTE - MG) - O Deputado destacou sua origem no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Descreveu a realidade de regiões ricas em recursos naturais, mas marcadas pela pobreza da população local. Pediu apoio dos demais parlamentares para reduzir desigualdades e melhorar as condições de vida, citando dificuldades como falta de alimento e acesso à água. Defendeu a união da Casa para promover desenvolvimento e dignidade. Também agradeceu a acolhida recebida e parabenizou o Deputado Bruno Farias pela atuação em defesa da enfermagem, mencionando avanços recentes na área.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que o País enfrenta crise econômica, com aumento do endividamento das famílias, falência de empresas e avanço da criminalidade. Também citou denúncias



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

envolvendo autoridades, com referência a contratos, encontros e trocas de mensagens atribuídas ao Ministro Alexandre de Moraes e ao empresário Daniel Vorcaro. Questionou mudanças em regras de investigação e delação, além de decisões institucionais que geraram dúvidas sobre transparência e funcionamento de órgãos públicos. Cobrou reação do Congresso e defendeu apuração dos fatos, alegando risco institucional e impacto sobre a confiança da população nas instituições.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - A Deputada registrou a presença de lideranças religiosas considerando referências pessoais e políticas. Mencionou os pastores Alexandre Luciano, de Jaguaruna (SC), e Joel Comel, de Lauro Müller (SC), destacando a atuação de ambos na Convenção das Assembleias de Deus em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná. Informou que Alexandre Luciano integrava a Comissão Pró-Política, com função de coordenação e secretaria. Afirmou que os religiosos exerciam papel de orientação e influência em sua trajetória, além de contribuírem com a comunidade.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado citou reportagens da imprensa sobre o chamado caso envolvendo o Banco Master e afirmou que havia movimentações para alterar regras relacionadas à delação premiada. Mencionou matéria que atribuía ao Ministro Alexandre de Moraes a retomada de ação sobre o tema e relacionou informações divulgadas sobre pagamentos declarados a figuras públicas e escritórios de advocacia. Listou valores associados a ex-integrantes de Governos e lideranças políticas, conforme reportado. Defendeu maior transparência e cobrou esclarecimentos sobre os fatos apresentados, afirmando a necessidade de apuração e de fortalecimento de mecanismos institucionais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado declarou apoio às manifestações do Deputado Gustavo Gayer e afirmou que o País enfrentava crise institucional. Criticou decisões da Suprema Corte e apontou insatisfação com a atuação de instituições, incluindo a Polícia Federal. Mencionou episódio envolvendo o Deputado Gayer e prestou solidariedade, citando atuação política e defesa de pautas que estariam relacionadas à democracia. Também fez referência ao processo eleitoral, expressando expectativa sobre a disputa ao Senado em Goiás. Concluiu reforçando a necessidade de posicionamento do Congresso diante do cenário apresentado.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado destacou sua mudança partidária do Partido Liberal para o Republicanos, afirmando que iniciava nova etapa política alinhado a compromissos com justiça social, desenvolvimento e fortalecimento dos Municípios. Agradeceu à antiga legenda e a lideranças partidárias pelo apoio em sua trajetória. Afirmou que a mudança não alterava suas posições e reiterou defesa de pautas voltadas ao trabalhador e às instituições. Também mencionou a renúncia de Valmir de Francisquinho à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Prefeitura de Itabaiana (SE) para disputar o Governo de Sergipe, apontando o gesto como parte de um novo projeto político. Declarou posicionamento de oposição ao Governo estadual.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada solicitou a votação de Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia, já aprovado pelo Senado. Destacou o aumento dos casos de feminicídio no País e afirmou que a violência contra mulheres tinha origem em práticas como discursos de ódio e desvalorização feminina. Defendeu a adoção de políticas públicas e medidas legislativas para enfrentar o problema. Também criticou informações divulgadas nas redes sociais sobre o andamento da proposta e cobrou a inclusão da matéria na pauta da Câmara. Pediu posicionamento da Casa em defesa das mulheres e das vítimas de violência.

General Girão (PL - RN) - O Deputado afirmou que o País enfrentava desafios nas áreas de segurança pública e imigração, citando aumento no número de estrangeiros residentes no Brasil. Mencionou dados sobre beneficiários estrangeiros em programas sociais, incluindo venezuelanos no Bolsa Família, tema que tem sido objeto de debate público e orçamentário. Defendeu a revisão de políticas migratórias e criticou a destinação de recursos assistenciais a estrangeiros, relacionando o tema à segurança e à defesa nacional. Também pediu mobilização da população e orientação sobre regularização eleitoral, destacando o papel do voto no cenário político.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado registrou a visita do Vereador Francy, de Nova Xavantina (MT), ao Plenário da Câmara dos Deputados. Destacou a importância do Município para a produção no Estado e mencionou a destinação de recursos já encaminhados para a área da saúde e para obras de infraestrutura, como a construção de unidade de saúde e a pavimentação no Assentamento Banco da Terra. Afirmou que continuará apoiando o Município com novos repasses. Também ressaltou a solicitação apresentada pelo vereador durante a visita e registrou cumprimento à população local, com menção ao desenvolvimento regional.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que declarações atribuídas ao Senador Flávio Bolsonaro, feitas durante agenda nos Estados Unidos, indicavam que o Brasil seria estratégico na disputa por minerais críticos, especialmente terras raras. Criticou a interpretação apresentada e associou o posicionamento a riscos de exploração de recursos naturais do País. Mencionou ainda debates sobre privatizações e políticas econômicas relacionadas a Governos anteriores e atuais, citando a Petrobras e a BR Distribuidora. Defendeu a soberania sobre recursos estratégicos e afirmou que o tema deveria ser tratado como prioridade nacional no contexto das relações internacionais e da política de desenvolvimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado afirmou que circularam informações sobre movimentações financeiras envolvendo o empresário Vorcaro e o caso do Banco Master. Declarou que teriam sido registrados repasses de cerca de 3 milhões de reais ligados ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e mencionou investigações em curso. Também citou a atuação do Banco Central na autorização de funcionamento da instituição, sob comando de Roberto Campos Neto no Governo anterior. Afirmou que relatório de comissão parlamentar apontou conclusões preliminares e que documentos foram encaminhados ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. Disse que novas informações poderiam surgir a partir das apurações.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado registrou homenagem ao Deputado Cabo Gilberto pela passagem de seu aniversário. Destacou a atuação do colega como líder da Oposição, descrevendo sua presença no Parlamento como marcada pela defesa de pautas políticas e pela participação nos debates legislativos. Também mencionou reconhecimento à trajetória do aniversariante e fez votos de bênçãos e continuidade em sua atuação pública. Utilizou o espaço para reforçar o cumprimento institucional e o registro da data nos trabalhos da Casa.

ORDEM DO DIA

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 4.295 de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 4.295 de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada agradeceu a aprovação de requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal. Afirmou que a medida buscou enfrentar problemas de conectividade aérea na Região Norte, como a baixa oferta de voos e o alto custo das passagens, com impacto direto em estados como Rondônia. Destacou que a aprovação da urgência permitiria a tramitação mais rápida da proposta no Plenário da Câmara dos Deputados. Afirmou que a iniciativa visou melhorar a malha aérea regional.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a visita do Prefeito Matheuzinho, de Silvanópolis (TO), e do Vereador Cristiano Correia à Câmara dos Deputados. Destacou a presença de lideranças políticas do Tocantins no Plenário e mencionou articulação política regional sob a coordenação do pré-candidato ao Governo estadual, Deputado Vicentinho Júnior. Solicitou o registro da visita como presença ilustre na Casa e ressaltou a construção de propostas voltadas ao estado. Utilizou o espaço para reforçar a interlocução com representantes municipais e estaduais do Tocantins no contexto político local.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado agradeceu a aprovação de requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

Celso Sabino (UNIÃO - PA) - O Deputado destacou que o Estado do Pará tem recebido investimentos de produtores rurais de diversas regiões do País, especialmente no agronegócio. Relatou disputas territoriais envolvendo tentativas de outros Estados de incorporar áreas do Pará, mencionando decisões judiciais contrárias a essas iniciativas e a realização de audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema. Por fim, afirmou que a bancada do Pará não aceitará perda territorial e garantiu que o Estado continuará aberto a investidores, mas sem ceder qualquer parte de seu território.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada defendeu a necessidade de uma nova reforma política eleitoral no Brasil. Apontou grande troca de partidos entre Parlamentares e dificuldades na formação de chapas, classificando o processo como desorganizado e prejudicial ao sistema político. Apresentou propostas como o retorno do prazo mínimo de filiação partidária para um ano e a ampliação do período de campanha eleitoral para 60 dias. Também criticou efeitos da última reforma, afirmando que ela aumentou custos de campanha, reduziu o tempo de propaganda e contribuiu para concentração política e enfraquecimento ideológico dos partidos. Por fim, defendeu a retomada do debate para evitar distorções no sistema eleitoral nas próximas eleições.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada registrou a presença do Vereador Luizão de Caetanópolis (MG) na Câmara dos Deputados e elogiou sua atuação nas áreas de esporte e saúde. Destacou o trabalho do Parlamentar como relevante para o Município e para o Estado de Minas Gerais, afirmando que sua atuação contribui para a valorização da política. Por fim, manifestou apoio ao fortalecimento da cidade e incentivou a continuidade da atuação política do Vereador.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Congresso Nacional tem sido omissivo em relação à valorização dos profissionais da segurança pública. Destacou que o piso salarial nacional da categoria, aprovado em primeiro turno em 2009, ainda não foi efetivado, ao contrário de outras áreas como educação e saúde. Defendeu a aprovação urgente desse piso, argumentando que a segurança pública é uma das principais preocupações da população. Por fim, criticou o Governo Federal, relacionando a situação da segurança ao aumento da criminalidade no país.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado informou que o partido orientaria voto contrário ao pedido de urgência ao Projeto de Lei nº 1123, de 2025, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para determinar a aceitação, pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), de exames realizados em serviços privados. Explicou que a posição se deve à avaliação de que a proposta poderia representar uma forma de privatização e criar um “fura fila” no Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, esclareceu que o partido não solicitou votação nominal, apenas registrou a orientação contrária.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.123, de 2025, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para determinar a aceitação, pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), de exames realizados em serviços privados.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.123, de 2025, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para determinar a aceitação, pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), de exames realizados em serviços privados.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada anunciou oficialmente sua candidatura a uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) e solicitou apoio dos Parlamentares. Defendeu a necessidade de maior representatividade feminina nos espaços de poder, afirmando que a indicação de mulheres para o TCU representa uma correção histórica. Destacou que há mobilização de entidades e pressão social para que mulheres ocupem essas vagas, tanto na Câmara quanto no Senado. Agradeceu ao partido pela indicação e ao Presidente da sessão pela condução do processo conforme o regimento, com sabatina e votação definidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Por fim, convocou a sociedade, especialmente as mulheres, a pressionar Parlamentares por apoio a uma candidatura feminina e sugeriu que candidatos homens abram espaço em favor dessa representação.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado levantou Questão de Ordem para contestar a abertura de espaço no plenário para defesa de candidatura ao Tribunal de Contas da União (TCU). Afirmou que o Regimento da Câmara dos Deputados não prevê esse tipo de manifestação naquele momento e defendeu isonomia no tratamento entre os candidatos. Por fim, sugeriu que, caso seja concedido espaço, ele deve ser garantido a todos os concorrentes ou a nenhum, para assegurar igualdade de condições dentro das regras da Casa.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na oportunidade, rebateu críticas ao sistema de saúde brasileiro durante a pandemia, afirmando que o Brasil teve uma resposta mais eficaz que os Estados Unidos, especialmente no atendimento à população mais pobre. Além disso,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

sustentou que, nos Estados Unidos, pessoas em situação de rua não têm acesso adequado à saúde, relatando mortes sem assistência e falhas no registro de dados por ausência de estrutura sanitária.

Lêda Borges (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada defendeu a importância da assistência social como principal porta de acesso para atender pessoas em situação de vulnerabilidade. Destacou a necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Argumentou que a proposição estabelece percentual constitucional de recursos para a área, garantindo financiamento para Estados e Municípios. Por fim, informou que seu partido orientaria voto favorável, afirmando que a medida é relevante para o país e para a população mais vulnerável.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na oportunidade, registrou a presença e atuação do ex-Deputado Danilo Cabral na realização da proposição. Argumentou que a medida foi construída de forma gradual e garantirá recursos estáveis para a assistência social. Além disso, com base em sua experiência como Prefeito, afirmou que as demandas sociais, como a população em situação de rua, recaem principalmente sobre os Municípios, que muitas vezes já destinam parcela significativa do orçamento à área. Por fim, defendeu ainda que União e Estados também contribuam financeiramente, para viabilizar a execução adequada dos serviços e ampliar o atendimento à população vulnerável.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na oportunidade, criticou a proposta de vinculação constitucional de recursos para a assistência social. Argumentou que países



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

desenvolvidos com sistemas sociais mais eficazes, como Dinamarca e Noruega, não adotam esse tipo de vinculação e, ainda assim, apresentam melhores indicadores em saúde, educação e assistência.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a permanência do PT e de Lula no poder, associando o discurso atual sobre combate à fome a promessas passadas não cumpridas. Além disso, acusou o Governo Federal de distorcer dados do IBGE, defendendo que as informações divulgadas não refletiam a realidade social. Em seguida, orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado reafirmou compromisso com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em seguida, destacou a importância de fortalecer a assistência social nos Municípios e defender políticas voltadas aos mais vulneráveis. Além disso, apontou a existência de acordo entre o Governo Federal e partidos para viabilizar a proposta, defendeu a valorização do SUAS nos moldes do SUS e alertou para a necessidade de evitar manobras que pudessem adiar a votação da matéria.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, cobrou um posicionamento da Esquerda diante de manifestações do Presidente Lula sobre orientação ao Ministro Alexandre de Moraes para se declarar impedido no caso envolvendo o Banco Master. Também questionou a condução do julgamento que poderia impactar delação relacionada ao caso. Por fim, criticou o Governo Federal por suposta proximidade com investigado por crime financeiro e defendeu atuação mais firme do Congresso Nacional, com pressão popular.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada criticou colegas que defendiam retirar de pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Afirmou que desconheciam a amplitude da política de assistência social, relatando experiência pessoal como beneficiária do SUAS. Além disso, alertou que a retirada da proposta representaria retrocesso, e pediu reflexão aos Parlamentares sobre a importância da política para a população vulnerável.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada criticou a atuação da Oposição por tentar impedir a destinação de 1% para a assistência social, destacando a existência de população em situação de miséria e a necessidade de inclusão. Em seguida, relatou trajetória pessoal ligada à assistência social, afirmando compromisso com a defesa dos mais vulneráveis. Além disso, atribuiu à Oposição responsabilidade por dificuldades sociais e acusou resistência à liberação de recursos, posicionando-se contra a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em seguida, rebateu críticas à proposta, apontando distanciamento da realidade das pessoas vulneráveis e ressaltando que saúde e educação avançaram por terem orçamento assegurado. Além disso, afirmou que os investimentos previstos fortaleceriam equipamentos como Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), ampliando a dignidade social. Por fim, pediu reflexão aos Parlamentares e classificou a votação como decisiva para milhões de brasileiros.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS - RJ) - A Deputada destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destacou que o objetivo era garantir a destinação de 1% do Orçamento à assistência social, classificando a medida como questão de justiça social. Em seguida, relatou experiência na gestão pública, apontando dificuldades enfrentadas por Municípios sem recursos vinculados e os impactos diretos nos serviços do SUAS. Além disso, mencionou a realidade de vulnerabilidade da população atendida por Cras e Creas e a falta de estrutura para os profissionais. Por fim, solicitou apoio dos Parlamentares à proposta, ressaltando seus efeitos para a população mais necessitada.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Federal, apontando continuidade do PT no poder e atribuindo falhas na gestão econômica e social. Em seguida, mencionou o arcabouço fiscal e questionou dados do IBGE, além de afirmar ausência de investimentos concretos na Paraíba e no Nordeste, citando obras paralisadas. Além disso, discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada destacou a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em seguida, relatou destinação de emendas parlamentares para estruturar o setor em Municípios de Rondônia, mencionando relato de gestora sobre a precariedade histórica da área. Além disso, reafirmou compromisso com a política pública, enfatizando a necessidade de garantir recursos para atender populações vulneráveis em áreas urbanas e rurais. Por fim, defendeu que o investimento permitiria ampliar o alcance e a qualidade dos serviços.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado destacou a aprovação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.123, de 2025, de sua autoria, que permite o uso de exames da rede privada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

no SUS, mediante critérios de qualidade, com o objetivo de dar mais agilidade ao atendimento. Em seguida, rebateu críticas à proposta e afirmou que a medida atendia demandas reais da população. Além disso, citou a apresentação do Projeto de Lei nº 3.652, de 2025, voltado à aplicação de teste vocacional para estudantes do ensino médio, visando orientar escolhas acadêmicas. Por fim, solicitou apoio dos Parlamentares para a aprovação das propostas.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada defendeu a votação em primeiro turno e a manutenção da inscrição dos oradores para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, por pautar a matéria e o Relator, Deputado André Figueiredo.

André Figueiredo (PDT - CE) - O Relator defendeu a aprovação da Emenda Aglutinativa nº 2, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ressaltou que o impacto financeiro da proposta é reduzido e destacou o alcance social da medida, que beneficiará milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade. Ademais, explicou o escalonamento em 4 anos dos repasses até atingir 1% da receita corrente líquida da União ao SUAS, fruto de acordo construído no Parlamento. Além disso, apontou a redução histórica de recursos destinados à assistência social e defendeu a correção dessa distorção. Por fim, parabenizou os profissionais do SUAS e celebrou o consenso político sobre a matéria.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, criticou o Governo Lula por recorrer a medidas dessa natureza para financiar a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

assistência social. Além disso, apontou contradição no discurso governamental sobre redução da pobreza e alertou para o impacto fiscal da proposta.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Aline Gurgel (REPUBLICANOS - AP) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Daniela do Waguiho (UNIÃO - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, parabenizou a Deputada Federal Rosângela Gomes por sua atuação como Secretária do Estado do Rio de Janeiro.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Márcio Honaiser (PDT - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

André Janones (REDE - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, criticou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) por defenderem a vinculação constitucional de recursos orçamentários para a assistência social e ao mesmo tempo sustentarem o escalonamento, adiando o percentual de 1% para o futuro.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, da Emenda Aglutinativa nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 2, de 2026, à Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2018, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado destacou a construção de acordo para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e afirmou que o Governo participou das negociações com foco na conciliação entre responsabilidade fiscal e social. Reconheceu o impacto fiscal da proposta e mencionou ajustes negociados no texto. Também informou que o Governo não orientaria voto contrário, diante do amplo apoio à matéria, e sugeriu adiar o segundo turno para viabilizar solução fiscal.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a importância da proteção social como responsabilidade do Estado e destacou a relevância da proposta para o fortalecimento das políticas de assistência social. Associou o tema ao enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, ao enfatizar a atuação dos profissionais do setor junto às populações mais vulneráveis. Também lembrou sua trajetória na consolidação de políticas públicas na área e a implementação do Sistema Único de Assistência Social. Por fim, argumentou que o desenvolvimento econômico está ligado à proteção social e defendeu a garantia de recursos orçamentários.

Igor Timo (PSD - MG) - O Deputado prestou homenagem a uma liderança comunitária do Vale do Jequitinhonha (MG), ao destacar a trajetória de Dona Elair de Fátima Ferreira Lopes. Ressaltou sua atuação social, com dedicação à família e ao trabalho em instituições como Apaes e creches, ao associar sua história a valores de cuidado e serviço ao próximo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, voltada ao fortalecimento da assistência social, ressaltando o caráter histórico da medida e o impacto para milhões de brasileiros. Reconheceu a articulação entre Governo e Congresso, com mediação do Líder do Governo e ajustes no escalonamento dos recursos, apontando responsabilidade fiscal combinada à justiça social. Também enfatizou a valorização dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a ampliação progressiva dos investimentos até 2030.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que garante recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e afirmou que a proposta consolidou a assistência social como política de Estado, com previsão orçamentária e vinculação de recursos. Destacou que a medida respondeu à demanda da Conferência Nacional e representou avanço na garantia de direitos e na proteção social. Também mencionou a ampliação progressiva do orçamento do SUAS até 2030 e associou a política à promoção da dignidade humana.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e afirmou que a proposta garantiu estabilidade orçamentária para a assistência social, considerada um dos pilares das políticas públicas voltadas à população vulnerável. Destacou que a medida fortaleceu o Sistema Único de Assistência Social, ao assegurar recursos e integração entre União, Estados e Municípios. Também ressaltou o papel do Governo Federal e de lideranças do Congresso na construção do acordo para viabilizar a votação.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e afirmou que a medida representou avanço na consolidação da assistência social como política pública permanente, com garantia de orçamento. Destacou que a proposta contribuiu para o enfrentamento da pobreza e para a efetivação de direitos previstos na Constituição. Também ressaltou o papel do Sistema Único de Assistência Social no apoio às famílias, com foco na proteção de crianças e na promoção de condições dignas de vida.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada classificou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, como um marco para a assistência social e destacou o papel do sistema no atendimento a populações vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência. Afirmou que a proposta garantiu destinação de recursos ao Sistema Único de Assistência Social, com previsão de 1% do Orçamento, e defendeu a ampliação desse financiamento ao longo do tempo. Também ressaltou a importância da medida para estruturar políticas públicas de proteção social e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

reconheceu a atuação de trabalhadores e trabalhadoras do setor, atribuindo à mobilização da categoria a conquista alcançada no Parlamento.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada defendeu a ampliação do debate sobre mudanças na escala de trabalho e alertou para a complexidade do tema. Afirmou que propostas com tramitação acelerada podem comprometer a análise adequada e defendeu a escuta do setor produtivo. Também leu o manifesto de entidades empresariais que criticaram a possibilidade de votação em regime de urgência ou por medida provisória, e sugeriram que a discussão ocorra em 2027. Ao final, destacou o papel de pequenos e médios empreendedores na geração de empregos e cobrou maior participação desses agentes no processo.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada destacou a importância da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e afirmou que a proposta representou avanço na consolidação do Sistema Único de Assistência Social como política pública estruturada. Ressaltou sua experiência como educadora social e reconheceu o trabalho de profissionais da rede de assistência, incluindo assistentes sociais e educadores. Também defendeu a necessidade de investimentos contínuos no setor e avaliou que a aprovação da matéria simboliza o reconhecimento institucional ao trabalho desenvolvido na área.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, ao tratar da organização, do financiamento e da valorização da assistência social no País. Afirmou que a proposta fortaleceu a integração entre políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e assistência, e ampliou o atendimento a populações vulneráveis, incluindo pessoas em situação de rua. Também reconheceu o papel dos trabalhadores do setor e ressaltou a importância da estruturação do sistema para garantir suporte social.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, como um marco para a assistência social e ressaltou a mobilização de profissionais do setor na construção da proposta. Afirmou que a medida ampliou o financiamento do Sistema Único de Assistência Social, com destinação de 1% da receita corrente líquida, e fortaleceu estruturas como CRAS e CREAS. Também avaliou que a aprovação representou avanço institucional e reconhecimento do papel da assistência social, com impacto direto na melhoria das condições de vida da população.

Welter (PT - PR) - O Deputado classificou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, como um marco para a assistência social e destacou a articulação realizada por integrantes da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS junto a ministérios do Governo Federal. Afirmou que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

medida garantiu a criação de um fundo específico para a política de assistência, equiparando sua estrutura a áreas como saúde e educação. Também reconheceu a mobilização de profissionais e entidades do setor ao longo da tramitação e prestou homenagem a uma assistente social pela contribuição à pauta.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, como uma medida de justiça para a assistência social e reconheceu a mobilização de profissionais do setor na defesa da proposta. Afirmou que a iniciativa garantiu a destinação de 1% do Orçamento para a área, com foco no atendimento a populações vulneráveis e na promoção da dignidade. Também comparou a medida ao financiamento já assegurado para saúde e educação e ressaltou o caráter histórico da votação em primeiro turno.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada destacou a aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e ressaltou a importância do financiamento do Sistema Único de Assistência Social. Afirmou que o SUAS atende diretamente a população mais vulnerável, especialmente em contextos de crises econômica, social e ambiental, além de situações de calamidade. Por fim, avaliou que a votação representou uma resposta do Parlamento às demandas da sociedade.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada destacou a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, e relatou preocupação diante de tentativas de retirada da pauta. Afirmou que a assistência social atua diretamente junto a diferentes grupos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência, contribuindo para a proteção e a redução de vulnerabilidades. Também apontou a necessidade de ampliar o conhecimento da população sobre o Sistema Único de Assistência Social e sua relevância como política pública.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, que fortaleceu o Sistema Único de Assistência Social, destacando a relevância histórica da medida para garantir financiamento mínimo e continuidade das políticas públicas. Avaliou que a iniciativa representou um avanço na consolidação da assistência social como dever do Estado, ao estabelecer recursos obrigatórios para União, Estados e Municípios. Também mencionou a existência de PEC de sua autoria que propõe a fixação de recursos mínimos para a segurança pública.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, que destinou 1% da receita para a assistência social, equiparando-a a áreas como saúde e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

educação. Afirmou que a medida fortaleceu e ampliou a presença das políticas de assistência em todo o País, com impacto direto no atendimento às comunidades.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, em discussão, como uma vitória coletiva em defesa da assistência social no País, ressaltando o papel do Estado na garantia de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade. Afirmou que a medida assegurou presença mais efetiva do poder público em momentos de dificuldade, fortalecendo a rede de proteção social. Também associou a aprovação ao compromisso histórico de governos liderados por Luiz Inácio Lula da Silva com políticas sociais, mencionando a continuidade dessa agenda na atual gestão.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente informou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi aprovada em primeiro turno e que o segundo turno seria votado na semana seguinte, após acordo entre Lideranças. Destacou a inclusão de percentual mínimo para a assistência social na Constituição, com previsão de transição até 1% da Receita Corrente Líquida. Também ressaltou impactos na redução da vulnerabilidade e na organização da seguridade social. Por fim, registrou diálogo com o Senado para continuidade da tramitação e previsão de implementação a partir de 2027, além de cumprimentar autores, relatores e profissionais da área.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou o adiamento da votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, do SUAS, atribuindo a decisão ao Governo e apontando preocupação com impacto fiscal nos bastidores. Questionou a eficácia da vinculação orçamentária, citando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

previsão escalonada até 1% da Receita Corrente Líquida, e apresentou argumentos contrários à medida, sugerindo que, se fosse solução, deveria ser ampliada a outras áreas. Também criticou discursos que, segundo ele, não abordaram o mérito do texto, e apontou divergência entre posições públicas e articulações internas durante a tramitação.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação em separado do Art 2º do substitutivo que altera a Lei nº 9.478, de 1997, que instituem a Taxa de Fiscalização da ANP apresentado ao Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado encaminhou a votação em separado do Art 2º do substitutivo que altera a Lei nº 9.478, de 1997, que instituem a Taxa de Fiscalização da ANP apresentado ao Projeto de lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art 2º do Substitutivo que altera a Lei nº 9478, de 1997, que instituem a Taxa de Fiscalização da ANP apresentado ao Projeto de Lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 7 ao Projeto de Lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 399, de 2025, que altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia Mundial de Conscientização sobre Autismo, instituído pela ONU em 2007, e assinalou que o Transtorno do Espectro Autista demanda respostas diversas do Estado e da sociedade, com foco na inclusão educacional, saúde contínua e cultura. Enfatizou a necessidade de diagnóstico precoce, formação de profissionais e políticas integradas ao longo do ciclo de vida, além de agradecer a profissionais e famílias. Por fim, defendeu avanços legislativos efetivos e mobilização para combater preconceitos e estereótipos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado alertou para queda de 8% nas vendas de máquinas agrícolas, indicando pessimismo no agronegócio. Assinalou também que o Plano Safra é ineficaz, com crédito caro, burocracia e insegurança jurídica com avanço das invasões de terra. Além disso, criticou a política externa errática, que afasta os Estados Unidos e ameaça exportações como carne e suco de laranja. Por fim, cobrou ambiente seguro para o setor.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação unânime, na Comissão de Viação e Transportes, do Projeto de Lei nº 13, de 2026, de sua relatoria, que denomina “Rodovia Governador Moisés Avelino” o trecho da BR-242 entre Taguatinga, no Tocantins, e a divisa com a Bahia. Assinalou a importância estratégica da via para o escoamento da produção e ressaltou o legado do homenageado como médico, Prefeito, Governador e Deputado Federal. Ademais, agradeceu aos pares pelo apoio e reafirmou compromisso com o desenvolvimento do Estado e do País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado reconheceu a operação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que apreendeu cerca de 50 toneladas de maconha, fuzis e pistolas, e assinalou que a ação resultou de inteligência, coragem e compromisso com a sociedade. Destacou a bravura dos policiais apesar das condições precárias e cobrou investimentos, estrutura e valorização para a segurança pública. Por fim, reforçou a necessidade de uma polícia forte em prol do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 47.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado assinalou que a regulação farmacêutica da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), vigente há mais de vinte anos, elevou os preços dos medicamentos, que dobraram nos últimos dez anos, e declarou que o problema reside na carga tributária elevada, na burocracia da Anvisa e na falta de concorrência. Defendeu redução de impostos sobre remédios essenciais, desburocratização de genéricos e abertura de mercado para baixar custos.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado celebrou o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, instituído pela ONU, e reafirmou compromisso com direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, assim como com políticas para educação, saúde e inclusão social. Assinalou desafios como diagnóstico precoce, carência de profissionais e barreiras à inclusão, destacou o papel essencial das APAEs e, ademais, registrou admiração por instituições específicas de São Paulo.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado assinalou a necessidade de medidas governamentais para conter a alta dos preços dos combustíveis, que impacta a economia e a população. Destacou ações como revisão de impostos, negociações com distribuidoras, transparência no mercado, investimentos em infraestrutura e diversificação da matriz energética com renováveis. Ademais, enfatizou o papel do Legislativo em apoiar o Executivo para equilibrar crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental. Por fim, declarou que a estabilidade dos preços representava compromisso com o bem-estar dos brasileiros.

ENCERRAMENTO